



CADERNO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

“Sem a descentralização administrativa, o país esmorece sob a tirania da uniformidade.

Tavares Bastos

Em 2021, os representantes eleitos para o Legislativo e Executivo municipal têm a missão de enfrentar uma das maiores crises fiscais já vividas pelas nossas cidades. Diante de uma demanda crescente dos cidadãos, não apenas por acesso, mas também por qualidade nos serviços essenciais, o poder público municipal deve aprimorar seus instrumentos de gestão.

Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista a enorme diversidade de realidades dos Municípios brasileiros. Entre capitais de Estado, cidades pólo regionais e pequenos Municípios, há desafios compartilhados, mas também muitas especificidades. Se algumas cidades possuem margens de arrecadação até relativamente confortáveis, outras dependem necessariamente dos repasses do Fundo de Participação Municipal.

Cientes dessa complexidade brasileira, dos nossos imensos desafios sociais e das conhecidas restrições orçamentárias, o **Livres** reitera a importância de encarar os problemas crônicos das nossas cidades construindo soluções liberais e modernas.

As cidades brasileiras do Século XXI devem ser abertas à criatividade dos empreendedores. Nos diferentes usos do espaço público, no transporte ou na coleta de material reciclável, a iniciativa do legislador deve sempre priorizar a liberdade e ser amiga da inovação. Para isso, precisamos aprender com os erros do passado e usar as evidências disponíveis para construir políticas públicas sustentáveis.

Neste **Caderno de Políticas Públicas Municipais**, sempre observando as diferentes realidades locais, propomos diretrizes para auxiliar legisladores e gestores municipais a dar autonomia e protagonismo aos brasileiros, confiando no potencial do nosso povo.

1. Cidades Inteligentes.....	4
2. Reforma Administrativa Municipal.....	5
3. Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico.....	6
4. Meio Ambiente e Sustentabilidade.....	7
5. Agronegócio.....	8
6. Educação.....	9
7. Saúde e Bem-estar.....	11
8. Esporte, Cultura e Economia Criativa.....	12
9. Assistência Social.....	13
10. Segurança Pública e Ações Municipais.....	14
11. Extinção de Tribunais de Contas Municipais.....	15
12. Conclusão.....	16



CIDADES INTELIGENTES

A construção de cidades mais inteligentes é o tema mais importante para o debate municipal. Gestores e legisladores devem trabalhar para que as cidades sejam mais livres, integradas e capazes de se adaptar às necessidades da população de forma ágil e simples. O engessamento de centros históricos e urbanos tornou nossas cidades caras, perigosas e segregadoras. Para pôr fim a esse ciclo vicioso, o Livres defende a adoção de políticas públicas com o seguinte escopo:

- **Revogação de monopólios de transporte e limpeza urbana** e extinção das barreiras de entrada para agentes econômicos interessados em atuar na prestação desses serviços;
- **Abertura de mercado** para operação de iniciativas independentes de transporte coletivo e individual (moto-táxi, vans, “peruas”, aplicativos de corrida, etc.) através de mecanismos de permissão desburocratizados (**art. 30, V da Constituição**);
- **Modernização da bilhetagem eletrônica** com substituição das cobranças de passagens em transportes coletivos já em atividade, de forma paulatina e racional, a fim de garantir a realização de ações simultâneas para recolocação dos cobradores no mercado de trabalho;
- **Simplificação da regulação para o empreendedorismo**, fomentando o desenvolvimento de novas soluções e tecnologias pela iniciativa privada;
- **Garantia de transparência** e o acesso aos contratos de concessão de transporte público em vigência;
- **Regularização fundiária** para reconhecer direitos de propriedade como uma ferramenta a favor da inclusão social;
- **Parcerias Público-Privadas** para serviços de zeladoria e projetos de revitalização de instalações públicas, bem como a manutenção de infraestrutura, sempre observando a viabilidade diante das particularidades locais.

REFORMA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

O Estado Brasileiro precisa ser desburocratizado em seus três níveis federativos. Não faz sentido manter normas e exigências em descompasso com as demandas do século XXI. Em consonância com os movimentos para modernização da União e dos estados, o Livres indica a implementação das seguintes medidas:

- **Vedação de progressão automática por tempo de serviço** para garantir maior eficiência no setor público municipal. É importante que sejam criados mecanismos de promoção baseados em metas e avaliação para premiar os bons servidores.
- **Comissões de Revogação** para analisar normas municipais (em nível Executivo e Legislativo) e revogar os regramentos que perderam sentido na realidade de cada cidade;
- **Simplificação Legislativa** através de consolidações municipais para temáticas repetitivas e a redução do processo legislativo para matérias sem impacto orçamentário, como a aprovação de nomes de rua diretamente em comissões, sem necessidade de ir a plenário.
- **Transparência Municipal** com projetos que favoreçam a fiscalização da Prefeitura, Câmara de Vereadores e demais órgãos, além da aplicação de mecanismos para instituição e avaliação da transparência;
- **Janela de Serviços** para garantir acesso aos serviços da prefeitura em um só lugar, privilegiando a digitalização e desburocratização dos procedimentos.

EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A principal forma de organização de uma economia próspera é por meio da livre cooperação social, baseada em trocas voluntárias no mercado mais livre possível. No entanto, em caso de externalidades, as atividades econômicas devem ser guiadas por instrumentos de responsabilidade e transparência, em substituição aos institutos de licenças e barreiras de entrada. Para atingir tais propósitos indicamos:

- **Privatização de todas as estatais municipais** para aumentar a eficiência dos serviços;
- **Desburocratização das licenças de funcionamento**, adotando a auto declaração com posterior fiscalização conforme estabelecido pela Lei de Liberdade Econômica;
- **Regularização do comércio ambulante**, substituindo a repressão do trabalhador informal pela inclusão social com o reconhecimento de seus direitos de propriedade;
- **Inovação na gestão municipal**, abrindo espaço para colaboração com a sociedade civil;
- **Simplificação, uniformização e redução da carga tributária**, observada a responsabilidade fiscal, sem que ela jamais pese desproporcionalmente sobre os mais pobres.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O Livres tem compromissos com os quais os mecanismos de política ambiental devem ser seguidos necessariamente nessa ordem: institucional, fiscal e regulatório. Acreditamos em mecanismos que venham de baixo para cima, de forma descentralizada, atendendo a mecanismos atualizados de gestão. Dessa forma, defendemos os seguintes princípios norteadores para as políticas públicas municipais de sustentabilidade:

- **Universalização do saneamento básico** através de parceria com a iniciativa privada, seguindo os preceitos do Novo Marco Legal do Saneamento Básico.
- **IPTU Verde** com créditos tributários para ações de preservação ambiental, observando atentamente os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e evitando prejuízos aos cofres públicos;
- **PPPs para coleta e reciclagem do lixo** com o estímulo a cooperativas e ao aproveitamento econômico dos resíduos sólidos, reduzindo a poluição e o descarte nocivo ao ambiente de forma a gerar empregos na área;
- **Programa #AdoteUmCanteiro** para conceder contrapartidas locais a empresas que se responsabilizem pela manutenção e jardinagem de espaços públicos no seu entorno (conforme experiências bem sucedidas em Santa Catarina);
- **Concessões e PPPs de parques e outras áreas de lazer** visando a sustentabilidade urbana e arborização das cidades;
- **Viadutos verdes sob regime de PPPs** em obras rodoviárias em áreas de mata, evitando acidentes automobilísticos e preservando vidas de animais silvestres;
- **Programas de educação ambiental** para conscientizar a sociedade dos desafios ambientais.

AGRONEGÓCIO

O Brasil é o grande fornecedor de alimentos do futuro. Segundo estimativa da OCDE, a produção global de alimentos deverá aumentar 20% em 10 anos para conseguir suprir a demanda mundial por comida, tendo o Brasil como um grande protagonista. A atividade do setor representou quase 22% do PIB brasileiro em 2019. Para garantir a concretização deste futuro, o agronegócio deve ser objeto de políticas públicas acertadas em todos os entes federativos. Assim, em nível Municipal, o Livres indica:

- **Incentivo à sustentabilidade** com prestação de suporte técnico para a utilização de técnicas modernas de conservação do solo, redução de defensivos agrícolas e consumo de água, com incentivo ao uso de estufas e a agricultura vertical;
- **PPPs para infraestrutura viária** permitindo o escoamento da produção para consumo interno e exportação;
- **Capacitação técnica** para ajudar na qualificação de mão-de-obra, com foco nos pequenos produtores que dependem de produção agrícola como sua principal fonte de renda;
- **Merenda cooperativa** através de programa de desburocratização que favoreçam a inclusão de pequenos produtores no fornecimento de alimentos para a merenda escolar;
- **Informatizar processos de defesa agropecuária**, harmonizando procedimentos entre os entes da federação, investindo em mecanismos de transparência, firmando parcerias para transferência de conhecimento junto ao setor privado e estabelecendo metas conjuntas para melhorias dos serviços prestados;

EDUCAÇÃO

O Livres acredita na educação livre, eficiente e plural como ferramenta essencial para que crianças e jovens se tornem adultos independentes. As famílias devem ter o direito de escolher a escola mais adequada para seus filhos. Nesse sentido, o Livres indica:

- **Maior autonomia às creches**, pré-escolas e escolas sobre seus horários de funcionamento, atividades e currículos para permitir que as famílias escolham a educação mais adequada para os seus filhos;
- **Monitoramento da BNCC (Base Nacional Comum Curricular)** que deve ser implementada na rede municipal;
- **Mãe crecheira**, modelo de creches domiciliares em que o Município fornece apoio técnico e paga o valor das vagas diretamente à mãe crecheira, permitindo o atendimento da demanda comunitária imediata sem a necessidade de construção de novos espaços.
- **Regularização de escolas autônomas**, com desburocratização e aumento da autonomia, ampliando a diversidade no currículo oferecido aos alunos e estimulando o florescimento de iniciativas criativas;
- **Primeiro quem precisa mais**. O acesso à educação de qualidade na primeira infância deve ser assegurado a todos, priorizando famílias em situação de vulnerabilidade, conforme determina o Plano Nacional de Educação (PNE);
- **Família presente**, programa para incentivar a participação de mães e pais na vida escolar dos alunos, fator que comprovadamente diminui a evasão escolar, melhora o aprendizado e os resultados das crianças nos testes;
- **Visitação domiciliar** para que famílias em situação de vulnerabilidade psicossocial sejam acompanhadas por profissionais qualificados com visitas periódicas para orientação no exercício da parentalidade, com dicas de atividades que auxiliem o desenvolvimento das crianças;
- **Escolas comunitárias** como um modelo público de administração pri-

vada sem fins lucrativos que pode ser adotado por escolas públicas, aumentando a autonomia da comunidade na tomada de decisões pedagógicas e administrativas e favorecendo a liberdade de escolha educacional;

- **PPPs para parques, bibliotecas e museus**, valorizando as experiências educacionais fora da sala de aula que contribuem para o aprendizado dos alunos.
- **Formação continuada plural** integrada e intersetorial para os diferentes profissionais da educação, garantindo perspectivas plurais sobre a primeira infância.

SAÚDE E BEM-ESTAR

O acesso à saúde da população carente segue sendo um tema recorrente nos debates municipais pedindo soluções focalizadas e direcionadas. O Livres acredita que o Estado não precisa ser dono do hospital para propiciar acesso digno a tratamentos de saúde para a população. Ele pode ser o intermediador. Precisamos repensar uma gestão de saúde focada nas pessoas, principalmente as mais pobres, em parcerias com a iniciativa privada e o terceiro setor. Para tanto, sugerimos:

- **Organizações Sociais na Saúde**, contratualizando a gestão privada de Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento e Hospitais, com indicadores de resultado de fato focalizados na qualidade do serviço oferecido e garantindo flexibilidade na gestão de recursos e pessoal;
- **Exames em parcerias público-privadas** com o objetivo de zerar a longa fila de espera por exames de média e alta complexidade, de forma a garantir o acesso ao serviço pelo paciente;
- **Foco no resultado** com a implementação de indicadores transparentes para avaliação da rede municipal de saúde;
- **Prontuário eletrônico único** acessível em todas as instituições municipais de saúde através da informatização do sistema de atendimento;
- **Ouvidoria Municipal do SUS** deve ser fortalecida com foco na melhoria da experiência do paciente no serviço municipal de saúde;
- **Transparência e controle social** através do fortalecimento dos mecanismos de fiscalização, monitoramento, avaliação dos contratos e gestão de recursos, submetidos ao acompanhamento da sociedade civil.

ESPORTE, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

A compreensão contemporânea sobre saúde e bem estar não se limita a prevenção e combate a doenças, mas envolve o bem estar integral. Permitir que os indivíduos se expressem nas mais diversas formas e fazeres culturais ampara os compromissos e a filosofia do Livres. Assim, recomendamos aos Municípios:

- **PPPs para espaços públicos** destinados a esportes, arte e cultura, como ginásios, estádios, piscinas, teatros, galerias de arte, museus, bibliotecas, entre outros;
- **Gestão compartilhada:** políticas públicas na cultura devem ser desenhadas com o devido alinhamento a estados e União, favorecendo o caráter público, republicano e não-estatal da cultura;
- **Convênios com entidades privadas** podem contribuir para o desenvolvimento da política pública de esportes e cultura.
- **Simplificação da regulação** relacionada à Economia Criativa impulsiona o setor em nível local, especialmente quando conjugado à revitalização de áreas culturais degradadas;
- **Revogações culturais** para diminuir a burocracia e aumentar a liberdade no setor cultural, eliminando normas que favoreçam setores específicos em detrimento de outros.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A pobreza deve ser combatida por meio da inclusão econômica. A assistência social deve financiar as demandas das pessoas mais pobres, com focalização das políticas públicas, planejamento e mensuração das ações para que o amparo estatal a pessoas em situação de vulnerabilidade social seja eficiente, promovendo a inclusão social e a emancipação dos indivíduos. Aliado a essas diretrizes, sugerimos aos Municípios:

- **Unificação de cadastros sociais** para o compartilhamento de informações entre os entes federativos, de modo a agilizar o uso dos serviços públicos e gestão cuidadosa visando o combate a fraudes e aumento da fiscalização.
- **Programas de capacitação profissional** por meio de parcerias junto a Institutos Federais, programas como Pronatec e educação de jovens e adultos.
- **Plano de vigilância social** e geração de informações palpáveis (diagnósticos, relatórios de avaliação, indicadores e índices relacionados ao território) que expressem a realidade das situações de vulnerabilidade e o risco pessoal e social vivenciados pelos usuários da Política de Assistência Social.
- **Transparência para os usuários** da Política de Assistência Social, com informações claras sobre seus direitos, especialmente os relacionados ao processo de acolhida e atendimento dentro do Sistema Único de Assistência Social.
- **Redução de danos** para dependentes químicos, prezando pela transdisciplinaridade no atendimento, durante e após a desintoxicação, com medição regular dos resultados, e tratamento de acordo com as especificidades da fisiopatologia de cada indivíduo.
- **Campanhas de prevenção** de drogas na infância, além de treinamento na rede de UBSs para orientar famílias a tratar a dependência ainda em seu início.

SEGURANÇA PÚBLICA E AÇÕES MUNICIPAIS

Embora segurança pública seja um tema usualmente associado aos estados, os Municípios podem e devem, com ações de fortalecimento dos contatos comunitários e com um investimento financeiro muito baixo, tomar medidas que favoreçam as vítimas dos crimes, previnam a reincidência criminosa e tragam mais segurança à população. Assim, sugerimos:

- **Núcleos integrados de apoio às vítimas de violência doméstica** com objetivo de profissionalizar o atendimento e reforço das demandas de providências policiais e judiciais no combate aos agressores, além de apoio psicológico e social para as vítimas;
- **Central de Inteligência Integrada** para reunir serviços como SAMU, Defesa Civil, Bombeiros, Guarda Municipal e Central Semafórica;
- **Integração das guardas municipais** às forças de segurança pública, limitada à permissão constitucional para cada Município.
- **Fiscalização e apoio aos conselhos tutelares** no acompanhamento de menores infratores a fim de que sejam respeitados os direitos humanos;
- **Conselhos comunitários** com a participação de lideranças de bairros e comunidades que vivenciam o dia a dia da cidade e podem trazer a real demanda tanto para segurança pública quanto para outras áreas.
- **Núcleos locais de mediação de conflitos** trabalhando para evitar futuras ocorrências policiais e litígios.

EXTINÇÃO DE TRIBUNAIS DE CONTAS MUNICIPAIS

É necessário, como última indicação do Livres, anexar os dois únicos Tribunais de Contas dos Municípios aos seus respectivos tribunais estaduais. Somente Rio de Janeiro e de São Paulo estão em desacordo com o mandamento constitucional do art. 30.

Apesar de os respectivos órgãos existirem de forma prévia a Constituição de 88, existe uma clara contradição à diretriz constitucional. O movimento constituinte assim o fez uma vez que existem sobreposições de competências e desperdício de infraestrutura e capital humano. Os tribunais de contas estaduais têm perfeita expertise e capacidade operacional e técnica para gerir apenas um Município de forma adicional às suas atividades já em vigência.

Assim, os dois Municípios mencionados (Rio de Janeiro e São Paulo) devem agir para facilitar a anexação das competências de seus tribunais de contas municipais aos tribunais de contas estaduais respectivos.

CONCLUSÃO

O Livres enxerga o indivíduo como protagonista e principal motor das mudanças substanciais para uma sociedade cada vez mais livre e próspera. Para garantir suas potencialidades, o melhor e mais próximo aliado estatal do indivíduo e da sociedade é o Município.

As propostas apresentadas pretendem **INOVAR, DESBUROCRATIZAR, SIMPLIFICAR** e dar **EFICIÊNCIA** na gestão municipal tendo em vista os valores e compromissos do **LIVRES**. É preciso, evidentemente, ter capacidade de articulação política com os níveis estadual e federal, estabelecendo a conexão para atração de investimentos privados no planejamento da alocação de recursos municipais.

Colocando as propostas do Livres em prática, nós acreditamos que haverá um ambiente mais próspero para os brasileiros buscarem as formas que mais se adequem às suas realidades e potencialidades. Nosso compromisso enquanto movimento é de confiança na liberdade humana, em uma sociedade onde homens e mulheres cooperam, tratando-se como iguais em direitos, parceiros em prosperidade e protagonistas de seu próprio destino.

O papel do Estado em nível Municipal deve estar focalizado onde é mais necessário: nas camadas mais vulneráveis. Por outro lado, o Município deve se esforçar para não ser e para deixar de ser, quando aplicável, um agente de embaraço à inovação, ao empreendedorismo e às liberdades individuais.

A sociedade civil ativa, em parceria com um poder público inovador e transparente, é protagonista do desenvolvimento social e econômico. As cidades precisam de liberdade para desenvolver suas potencialidades locais, sejam elas culturais, econômicas, educacionais ou sociais.

Pela Liberdade,

 **LIVRES**

Diretoria Executiva

Paulo Gontijo

Diretoria de Comunicação

Mano Ferreira

Diretoria de Políticas Públicas

Izabela Patriota

Coordenação Política

Gabriel Lepletier

Coordenação de núcleos e setoriais

Alan Gabriel Teixeira

Setorial de Agronegócio

Coordenação: Claudia Costa

Setorial de Arte e Cultura

Coordenação: Marco Ferrari

Setorial de Educação

Coordenação: Valdenor Bezerra

Setorial de Justiça e Segurança Pública

Coordenação: Marcelo Sarsur

Setorial de Mobilidade

Coordenação: Henrique Korman

Setorial de Saúde

Coordenação: Denilson Feitosa

Setorial de Sustentabilidade

Coordenação: Fausto Sá Teles